ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCANENA
SESSÃO ORDINÁRIA 27-04-2018

ATA N.º 2/2018

_____Aos **vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito**, nesta Vila de Alcanena, Auditório do Edifício dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Alcanena, em sessão ordinária, convocada por edital datado de treze de abril corrente, com a mesa assim constituída:_____

_____Presidente: **Silvestre Luciano Gonçalves Pereira;** _____

_____1.ª Secretária: **Cristina Maria Graça Marques;** _____

_____2.ª Secretária: **Inácia Cristina Avelino Rodrigues.** _____

ORDEM DE TRABALHOS – RESUMO DAS DELIBERAÇÕES

_____**1 - Tomada de posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança de Alcanena.** _____

_____**2 - Informação escrita da Sr.ª Presidente da Câmara sobre a atividade do Município, respetiva situação financeira e Relação de Processos Judiciais em curso** (para conhecimento) _____

_____**Deliberação: -** Tomado conhecimento. _____

_____**3 - ATAS:**_____

_____**- Ata n.º 1/2018, da Sessão Ordinária, realizada no dia 23/02/2018** (para deliberação)_____

_____

_____**4 – Atribuição de subsídio de telefone à União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira - Jardim-de-Infância de Gouxaria – janeiro a agosto de 2018** (para deliberação)_____

_____**Deliberação tomada por unanimidade: -** Aprovar a atribuição à Junta da União de Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, do subsídio de telefone, refente ao Jardim de Infância de Gouxaria, para o período de janeiro a agosto de 2018, no valor total de 176,96€. _____

_____**5 – Apoio à Junta de Freguesia de Serra de Santo António para beneficiação do edifício sede da Junta de Freguesia e despesas correntes no âmbito das comemorações do centenário** (para deliberação)_____

_____**Deliberação tomada por unanimidade: -** Aprovar a atribuição à Junta de Freguesia de Serra de Santo António, de um apoio no valor total de 25.000,00€, sendo 10.253,00€ referente a despesas com obras de beneficiação do edifício sede da Junta de

Freguesia e 14.747,00€ referente a despesas no âmbito das Comemorações do Centenário da Fundação da Freguesia. _____

_____**6 – Apoio à Junta de Freguesia de Minde para a comparticipação da aquisição do equipamento necessário ao funcionamento da "Casa da Memória", em Minde** (para deliberação) _____

_____**Deliberação tomada por unanimidade: -** Aprovar a atribuição à Junta de Freguesia de Minde, de um apoio para comparticipação das despesas da aquisição de equipamento necessário ao funcionamento da "Casa da Memória", em Minde, no valor total até 50.000,00€. _____

_____**7 – Empreitada de "Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena"** _____

_____**- Não adjudicação - Revogação da decisão de contratar** (para conhecimento)_____

_____**Deliberação: -** Tomado conhecimento. _____

_____**- Início de novo procedimento - Repartição de encargos - Compromissos plurianuais** (para deliberação)_____

_____**Deliberação tomada por unanimidade:** _____

_____a) – Revogar a deliberação tomada na sessão realizada em vinte e três de junho de dois mil e dezassete, na qual a Assembleia Municipal tinha autorizado a repartição dos encargos e a assunção dos compromissos plurianuais, referentes à Empreitada de Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena. _____

_____b) - Autorizar a repartição dos encargos referentes à Empreitada de Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena para os anos de 2018 e 2019._____

_____c) - Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais referentes à mesma empreitada e em relação ao mesmo período, no valor de 1.712.703,83€, com o IVA incluído, à taxa de 6%, da seguinte forma: _____

_____- Ano de 2018 – 428.175,96€. _____

_____- Ano de 2019 – 1.284.527,87€._____

_____**8 – Pedido de Reconhecimento de Interesse Público do Projeto Documentar Alcanena – PDR 2020 - Ação 10.2.1.6 - Renovação de Aldeias – Câmara Municipal de Alcanena** (para deliberação) _____

_____**Deliberação tomada por unanimidade: -** Reconhecer o interesse público para as populações e economia local do projeto Documentar Alcanena - PDR -

Programa de Desenvolvimento Rural 2020 – Operação 10.2.1.6 – Renovação de Aldeias, requerido pela Câmara Municipal de Alcanena.

9 – Pedido de Reconhecimento de Interesse Público do Projeto Requalificação do Largo Manuel de Jesus Monteiro, em Filhós - PDR 2020 - Ação 10.2.1.6 - Renovação de Aldeias – Junta de Freguesia de Bugalhos (para deliberação)

Deliberação tomada por unanimidade: - Reconhecer o interesse público para as populações e economia local do projeto Requalificação do Largo Manuel de Jesus Monteiro - PDR - Programa de Desenvolvimento Rural 2020 – Operação 10.2.1.6 – Renovação de Aldeias, requerido pela Junta de Freguesia de Bugalhos.

10 – Documentos de Prestação de Contas de 2017 e Relatório de Acompanhamento Semestral do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena (para deliberação)

Deliberação tomada por maioria, com nove abstenções, dois votos contra e dezassete votos a favor: Aprovar os Documentos de Prestação de Contas de 2017 e o Relatório de Acompanhamento Semestral do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena.

11 – 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 – Orçamento; GOP - PPI e AMR (para deliberação)

Deliberação tomada por maioria, com onze abstenções e dezassete votos a favor: - Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, referentes aos Documentos Previsionais de 2018.

12 – Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena - Suspensão da Aplicação (para deliberação)

Deliberação tomada por maioria, com dois votos contra e vinte e seis votos a favor: - Autorizar a suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena, de acordo com o previsto no artigo 97.º, da Lei número 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2018, conforme informação aprovada na reunião da Câmara Municipal, realizada em 16 de abril de 2018.

13 - Constituição de Empresa Intermunicipal para a Gestão de Serviços de Interesse Geral designadamente dos serviços municipais de gestão e tratamento dos resíduos urbanos nas áreas dos Municípios de Alcanena, Chamusca,

Constância, Entroncamento, Ferreira de Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha: RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA e aprovação dos Estatutos (para deliberação) _____

_____**Deliberação tomada por maioria, com dois votos contra e vinte e seis votos a favor: -** Aprovar a Constituição de Empresa Intermunicipal para a Gestão de Serviços de Interesse Geral designadamente dos serviços municipais de gestão e tratamento dos resíduos urbanos nas áreas dos Municípios de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira de Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha: RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima. _____

_____**Deliberou**, também, aprovar os Estatutos da referida Empresa. _____

_____**14 – Ambiente em Alcanena – Ponto da situação** (para conhecimento) __

_____**Deliberação: -** Tomado conhecimento. _____

_____**15 - Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação do Ano de 2017** (para conhecimento) _____

_____**Deliberação: -** Tomado conhecimento. _____

_____**16 – LCPA - Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos no período de 08-02-2018 a 05-04-2018** (para conhecimento) _____

_____**Deliberação: -** Tomado conhecimento. _____

_____**17 - Relatório Anual 2017 Luságua** (para conhecimento)_____

_____**Deliberação: -** Tomado conhecimento. _____

_____**18 – Relatório e Contas 2017 AUSTRA** (para conhecimento) _____

_____**Deliberação: -** Tomado conhecimento. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

_____**Pelas vinte horas e quarenta minutos**, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão. _____

_____**a) - Análise dos pedidos de suspensão**_____

_____**1 – Pedido de substituição apresentado por Patrícia Santos Louro Anacleto.**_ _____

_____Presente o e-mail datado de quinze do corrente mês de fevereiro, no qual a Deputada Patrícia Santos Louro Anacleto, eleita pelo PS – Partido Socialista, solicita a sua substituição para esta sessão. _____

_____ Face ao pedido de substituição referido, foi convocado o Senhor Carlos Alberto Bento Ferreira, candidato seguinte na respetiva lista, o qual informou que não podia comparecer, por motivo de doença. _____

_____ Assim, foi convocado o Senhor **Carlos Manuel Ferreira Correia**, candidato seguinte na respetiva lista, o qual compareceu e **foi a vaga preenchida** pelo mesmo, nos termos dos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. _____

_____**Deliberação: -** Tomado conhecimento. _____

_____ **Pelas vinte horas e quarenta e dois minutos procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia, sendo feito o respetivo registo verificando-se a presença de vinte e sete Membros:** Cristina Maria Graça Marques, Inácia Cristina Avelino Rodrigues, Joaquim de Jesus Carmo Gomes, Carlos Manuel Ferreira Correia, António Augusto Fresco, Bruno Miguel Simões Quaresma Santos, Maria do Carmo Piteira Fernandes, Ivo Monteiro dos Santos, Moisés de Jesus Morgado, Paulo Jorge Marques Frazão, Luís Miguel Brites Saca, José Manuel Henriques Paiva, Albino do Rosário Martinho, Carla Maria Jorge Batista, Maria de Lurdes da Silva Gaião Monteiro, Patrícia Jeremias Rita Dinis, Pedro Miguel Mendonça Costa, Maria da Luz Pena Manha, Maria Margarida Duque Pessegueiro, José Luís Gomes Ramos, Joaquina de Fátima Espiguinha Proença Ramalho, Álvaro Santos Capaz Gonçalves, Samuel Marques Frazão, Marlene Vieira Agostinho Carvalho, António Armando Frazão Silva, Lina Maria Davide Silva Louro e Silvestre Luciano Gonçalves Pereira, Presidente da Assembleia Municipal _ _____

_____**Faltou:** Rui Fernando Anastácio Henriques, até às vinte e uma horas e vinte e cinco minutos. _____

_____**- Membros do Órgão Executivo presentes nesta sessão:**_____

_____Encontravam-se presentes os seguintes membros do Órgão Executivo: ___

_____**- Presidente da Câmara:** Fernanda Maria Pereira Asseiceira _____

_____**- Vereadores:**_____

_____- Luís Miguel Martins Pires _____

_____- Maria João Martins Antunes Gomez _____

_____- Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo_____

_____- Hugo André Silva Ferreira Santarém_____

_____- Óscar Manuel Justo Pires_____

_____**Antes de dar início aos Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia**, colocou à consideração dos presentes a antecipação do Ponto: **1 -** Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança de Alcanena, da Ordem de Trabalhos, para o Período Antes da Ordem do Dia, sendo que todos os membros foram concordantes com a proposta. _____

_____**Deliberação tomada por unanimidade:-** Aprovada a alteração à Ordem de Trabalhos da presente sessão, passando o **Ponto 1 - Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança de Alcanena** para o Período Antes da Ordem do Dia:___ _____

_____**PONTO 1 – Tomada de posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança de Alcanena**_____

_____Procedeu-se à chamada do membro do Conselho Municipal de Segurança de Alcanena que ainda não tinha tomado posse e que estava presente o qual tomou posse._

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu e desejou um bom trabalho para o Conselho Municipal de Segurança. _____

_____**Às vinte horas e quarenta e oito minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu continuidade ao Período Antes da Ordem do Dia.** _____

_____**b) - Leitura resumida do expediente e dos pedidos de informações ou esclarecimentos e respetivas respostas que tenham sido formuladas no intervalo das Sessões da Assembleia.**_____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** fez uma breve apresentação do expediente recebido, referindo não haver nada relevante na correspondência recebida. _

_____Referiu a participação na reunião da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, no dia vinte e três de abril corrente.__ _____

_____Referiu, também, a intervenção nas Comemorações do Vinte e Cinco de Abril. ____ _____

_____**d) Votação de recomendações ou pareceres que sejam apresentados por qualquer Membro ou solicitados pela Câmara.** _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou aos Senhores Deputados se tinham alguma apresentação a fazer._____

_____**Solicitou do uso da palavra a Deputada Patrícia Dinis** que apresentou a seguinte Moção: _____

_____**«Moção** _____

_____**Pagamento da diferença remuneratória resultante ao período de tempo em que os trabalhadores do Município de Alcanena trabalharam quarenta horas semanais.** _____

_____A CDU – Coligação Democrática Unitária – saúda os trabalhadores do Município de Alcanena, que no passado dia dezasseis de abril (dezasseis de abril de dois mil e dezoito) aderiram massivamente ao plenário convocado pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional Empresas Públicas, Concessionárias e Afins (STAL), e que, a partir deste, e fazendo uso do direito à liberdade sindical, previsto no artigo quinquagésimo quinto, do Constituição da República Portuguesa, se dirigiram ao executivo, em reunião de Câmara, solicitando o pagamento das horas suplementares durante o período em que trabalharam quarenta horas semanais, procurando, assim, resposta ao requerimento entregue por cento e quinze funcionários em setembro de dois mil e dezassete sem que até à data deste acontecimento tenha sido dada qualquer resposta aos trabalhadores._____

_____Consideramos que a determinação e a união dos trabalhadores da autarquia devem ser uma constante na defesa dos seus direitos e interesses de classe. Assim, como entendemos que a liberdade sindical sendo um direito fundamental que assiste aos trabalhadores deve ser respeitado escrupulosamente sem que o órgão executivo desta autarquia ponha em causa a sua legitimidade. _____

_____Considerando que: _____

_____- Entre setembro de dois mil e treze e junho de dois mil e dezasseis esteve em vigor a Lei número sessenta e oito/dois mil e treze, de vinte e nove de agosto, que alterou a duração do período normal de trabalho para as oito horas diárias e quarenta horas semanais. _____

_____- Por interpretação própria da autarquia, foi a mesma aplicada aos trabalhadores da Câmara Municipal de Alcanena sendo que podendo manter o regime das trinta e cinco horas como sessenta por cento das autarquias o fez optou deliberadamente por fazer parte das primeiras autarquias a aplicar o regime das quarenta horas;____ _____

_____- Entre setembro de dois mil e treze e junho de dois mil e dezasseis vários Tribunais consideraram ilegais as alterações ao horário de trabalho, impostas pela Lei número sessenta e oito/dois mil e treze, procedendo à anulação daquelas alterações; ___

_____- Decorrente da situação supramencionada, várias entidades foram obrigadas a remunerar o trabalho prestado para além das sete horas diárias e das trinta e cinco horas semanais como verdadeiro trabalho suplementar, com o acréscimo de um vírgula mil duzentos e cinquenta à remuneração horária de cada trabalhador, remunerada por trabalho extraordinário diário;_____

_____- Os trabalhadores da Câmara Municipal de Alcanena estiveram, nos seguintes períodos a laborar com horário que totalizava as quarenta horas: _____

_____1 – De vinte e oito de setembro dois mil e treze a vinte e oito de outubro de dois mil e treze (a partir de vinte e quatro de outubro de dois mil e treze, ocorreu a suspensão da aplicação das quarenta horas/semanais, por interposição por parte do STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, de providência cautelar). _ _____

_____2 – Ininterruptamente, desde três de janeiro de dois mil e catorze a vinte e um de setembro de dois mil e quinze (data em que entrou em vigor o ACT – Acordo Coletivo de Trabalho numero sessenta/dois mil e quinze, por força do Despacho número cento e trinta e seis/P/dois mil e quinze, tendo em consideração a assinatura do ACT – Acordo Coletivo de Trabalho numero sessenta/dois mil e quinze, foi determinada a aplicabilidade do citado Acordo à generalidade dos trabalhadores, regressando o horário semanal às trinta e cinco horas/semanais). _____

_____- O pagamento dessas horas resulta de uma decisão política, enquadrada nas competências da Senhora Presidente da Câmara Municipal, cabendo essa decisão à Câmara Municipal de Alcanena e não a outra entidade;_____

_____- A aplicação de um horário de quarenta horas significou imediatamente uma desvalorização de doze vírgula cinco por cento do valor da remuneração dos trabalhadores. _____

_____Por questões de equidade e justiça os trabalhadores desta Autarquia em igualdade de direitos devem ter tratamento igual aos demais funcionários da Administração Local do País que viram reconhecido legalmente o seu direito à remuneração diferencial respeitante ao período em que foram penalizados. _____

_____A CDU – Coligação Democrática Unitária propõe que a Assembleia Municipal de Alcanena, reunida em sessão ordinária, no dia vinte e sete de abril de dois mil e dezoito._____

_____- Apresente uma recomendação ao órgão executivo do Município de Alcanena para proceder ao pagamento da diferença remuneratória respeitante ao período em que os trabalhadores da autarquia trabalharam quarenta horas semanais; _____

_____- Delibere favoravelmente sobre as alterações orçamentais necessárias para o procedimento supramencionado anteriormente.» _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** respondeu que já foi enviada resposta ao requerimento, a qual poderia ser enviado para todos, para conhecimento. Esclareceu que a Câmara Municipal cumpre com a lei e aplicou as respetivas decisões judiciais que foram proferidas sobre o assunto. _____

_____A Câmara cumpre a lei e não acede a populismos que vão contra a lei. ____

_____A providência cautelar, que tem efeitos suspensivos, foi aplicada. A Câmara Municipal recorreu da mesma e a decisão do tribunal foi que a Câmara Municipal deveria voltar às quarenta horas de trabalho semanal. _____

_____Através do estabelecimento de Acordo Coletivo de Trabalho foi possível passar-se novamente para as trinta e cinco horas semanais. Apesar de existir um sindicato que não assinou o acordo coletivo de trabalho, por não ser favorável ao Banco de Horas, a Câmara aplicou o acordo a todos os trabalhadores e não somente aos sindicalizados no Sindicato que assinou o Acordo Coletivo de Trabalho. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** acrescentou que, se houvesse alguma situação de incumprimento legal, a Assembleia Municipal recomendaria à Câmara a aplicação da legalidade._____

_____**O Deputado Ivo Santos** esclareceu que o Município de Alcanena foi uma das poucas Câmaras que aplicou a lei e cerca de quarenta por cento das Câmaras que a aplicaram já ressarciram os seus trabalhadores com o pagamento do excedente. _____

_____ A questão que se coloca é se os trabalhadores forem obrigados a irem para tribunal e se Autarquia vai gastar o dinheiro dos contribuintes para perder. _____

_____**A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** esclareceu que existe fundamentação jurídica que comprova que a Câmara Municipal cumpriu a lei que suspendeu a sua aplicação imediatamente a seguir a ter conhecimento da decisão da Providência Cautelar. Retomou a sua aplicação assim que o órgão competente decidiu a providência cautelar como improcedente e negociou e aprovou a celebração do Acordo Coletivo de Trabalho aplicando-o a todos os trabalhadores e não somente aos sindicalizados no STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local.____ _____

_____**Deliberação tomada por maioria, com duas abstenções, vinte e três votos contra, e dois votos a favor: -** Rejeitada a Moção Pagamento da diferença remuneratória resultante ao período de tempo em que os trabalhadores do Município de Alcanena trabalharam quarenta horas semanais._____

_____**Abstiveram-se** as Deputadas, Senhoras Maria do Carmo Fernandes e Maria de Lurdes Monteiro. _____

_____**Votaram contra** os Deputados, Senhores Cristina Marques, Inácia Rodrigues, Joaquim Gomes, Carlos Correia, António Augusto Fresco, Bruno Quaresma, Moisés Morgado, Paulo Frazão, Luís Saca, José Paiva, Albino Martinho, Carla Batista, Pedro Costa, Maria da Luz Manha, Margarida Pessegueiro, José Luís Ramos, Joaquina de Fátima Ramalho, Álvaro Gonçalves, Samuel Frazão, Marlene Carvalho, António Silva, Lina Louro e Silvestre Pereira. _____

_____**e) Interpelações, mediante perguntas orais à Câmara sobre assuntos da respetiva administração e resposta dos membros desta.** _____

_____**Solicitou do uso da palavra o Deputado Ivo Santos** que questionou o seguinte: _ _____

_____**1** – Perante a situação verificada na rede de coletores, a CDU – Coligação Democrática Unitária questionou:_____

_____- Se existe algum sistema ou metodologia de registo para o registo de ocorrências de descargas no domínio hídrico nas situações de elevada quantidade de esgoto que aflui à ETAR – Estação de tratamento de Águas Residuais de Alcanena. ___

_____- Quantos registos de ocorrência existem, para o corrente ano de dois mil e dezoito, de descargas diretas da ETAR – Estação de tratamento de Águas Residuais de Alcanena diretamente para o meio hídrico, nomeadamente através de bypass; _____

_____**2 -** Qual o ponto de situação quanto ao processo judicial de desvio de um milhão de euros da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena; _____

_____**3 -** Relativamente ao Estádio Municipal Joaquim Maria Batista foi levantada a situação dos problemas de manutenção e conservação, na última reunião e foi dito, em Assembleia Municipal, que existia intensão de se intervir, inicialmente, na vedação e as restantes intervenções se fariam por fases. Alguns dias depois foram surpreendidos com a informação de que o Estádio seria interdito a partir do final da época desportiva. Não podemos esquecer a história do clube, os atletas, dirigentes e homens que formou e o contributo que deu para a renovação de toda aquela zona da Vila de Alcanena. Questionou se existe algum planeamento dos trabalhos a realizar e quais as datas para execução._ _____

_____4 - Relativamente à Estrada de Minde – Serra de Santo António, questionou quais as medidas que estão previstas para a estrada._____

_____**5 -** Tem sido veiculado que o médico do Espinheiro se iria aposentar. Questionou se já existe substituto porque a não existência de médico em Espinheiro é penalizadora para todos e como a CDU – Coligação Democrática Unitária alertou é mais uma consequência e resultado da extinção das freguesias._____

_____**Seguidamente a Senhora Presidente da Câmara** passou a responder às questões colocadas. _____

_____**1 -** Relativamente aos dados das descargas, disse que seriam dados que a AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena deveria ter e por isso poderia ser solicitados a esta entidade _____

_____**2 -** Relativamente ao processo judicial referido, este é da responsabilidade da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, pelo que deverá ser essa entidade a dar essa informação. Acrescentou que o processo já estava concluído. _____

_____**3 -** Relativamente ao Estádio Municipal, disse que inicialmente se tinha pensado fazer intervenção por fases mas que agora a obra seria toda efetuada em conjunto. _ _____

_____A história do Atlético Clube Alcanenense é outro assunto que não se pode misturar com a Requalificação do Estádio, apesar das diversas tentativas de mistura. __

_____**4 -** Relativamente à Estrada de Minde – Serra de Santo António, o processo está em avaliação. _____

_____**5** - No que diz respeito à questão do médico existente na Extensão do Centro de Saúde, em Espinheiro, já houve articulação entre a União das Freguesias e a Câmara Municipal para que o ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo mantenha a extensão aberta, dado que se considera que aquela extensão deverá continuar a ter médico de família. Aguarda-se que o ACES – Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo também manifeste essa preocupação numa reunião que já foi solicitada._ _____

ORDEM DO DIA

_____**Pelas vinte e uma horas dezoito minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem de Dia**. _____

_____**PONTO 2 - Informação escrita da Sr.ª Presidente da Câmara sobre a atividade do Município, respetiva situação financeira e Relação de Processos em curso** (para conhecimento) _____

_____ Presente, para conhecimento, uma informação subscrita pela Senhora Presidente da Câmara, sobre a atividade do Município e respetiva situação financeira, que abrange o período de fevereiro a abril de dois mil e dezoito._____

_____ **Deliberação: -** Tomado conhecimento. _____

_____**PONTO 3 - ATAS:** _____

_____**- Ata n.º 1/2018, da Sessão Ordinária, realizada no dia 23/02/2018** (para deliberação) _____

_____Presente a ata número um, da Sessão Ordinária, realizada no dia vinte e três de Fevereiro de dois mil e dezoito, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída, previamente, a todos os membros da Assembleia Municipal. _____

_____**O Deputado Ivo Santos** disse que tinha algumas alterações a efetuar à ata.

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que estava definido que as alterações às atas deveriam ser remetidas previamente à reunião, para que fossem incorporadas no documento final presente à sessão._____

_____**O Deputado Ivo Santos** enunciou algumas alterações a fazer à ata: _____

_____As referidas alterações foram do aceites por todos os Membros da Assembleia presentes e introduzidas no respetivo texto. _____

_____**Deliberação tomada por maioria, com uma abstenção e vinte e seis votos a favor: -** Aprovada a ata número um, da Sessão Ordinária, realizada no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito._____

_____**Absteve-se** o Deputado, Senhor Joaquim Gomes, por não ter estado presente na referida sessão. _____

_____**PONTO 4 – Atribuição de subsídio de telefone à União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira - Jardim-de-Infância de Gouxaria – janeiro a agosto de 2018** (para deliberação) _____

_____Presente o ofício número mil quinhentos e vinte e nove, de cinco de abril corrente, enviada pela Câmara Municipal, informando que deliberou na sua reunião

realizada em dezanove de março findo, aprovar a atribuição de subsídio de telefone, refente ao Jardim-de-Infância de Gouxaria, para o período de janeiro a agosto de dois mil e dezoito, no valor total de cento e setenta e seis euros e noventa e seis cêntimos, a transferir para a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira.__ _____

_____Nos termos da alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. _____

_____Assim, solicita a submissão deste assunto à apreciação deste Órgão Deliberativo com vista à respetiva aprovação. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o documento à votação. ___

_____**Deliberação tomada por unanimidade:-** Aprovada a atribuição de subsídio de telefone, refente ao Jardim-de-Infância de Gouxaria, para o período de janeiro a agosto de dois mil e dezoito, no valor total de cento e setenta e seis euros e noventa e seis cêntimos, a transferir para a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira. _____

_____**PONTO 5 – Apoio à Junta de Freguesia de Serra de Santo António para beneficiação do edifício sede da Junta de Freguesia e despesas correntes no âmbito das comemorações do centenário** (para deliberação) _____

_____Presente a Proposta número mil seiscentos e trinta e quatro, de onze de abril corrente, enviada pela Câmara Municipal, a qual foi presente à reunião de Câmara de dezasseis do corrente, tendo sido aprovada a atribuição à Junta de Freguesia de Serra de Santo António, de um apoio no valor total de vinte e cinco mil euros, sendo dez mil duzentos e cinquenta e três euros referente a despesas com obras de beneficiação do edifício sede da Junta de Freguesia e catorze mil setecentos e quarenta e sete euros referente a despesas no âmbito das Comemorações do Centenário da Fundação da Freguesia. _____

_____Nos termos da alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. _____

_____Assim, solicita a submissão deste assunto à apreciação deste Órgão Deliberativo com vista à respetiva aprovação. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** desejou felicitações e congratulou a Junta de Freguesia pela comemoração do seu Centenário. _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** disse que a proposta apresentada decorreu de uma reunião de avaliação conjunta entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, sendo uma parte do apoio destinado para as atividades a desenvolver no âmbito das comemorações e outra parte para as despesas com a melhoria das instalações da Junta de Freguesia. _____

_____Felicitou a Junta de Freguesia de Serra de Santo António e todo Executivo pelo centenário. _____

_____**A Deputada Marlene Carvalho**, Presidente da Junta de Freguesia de Serra de Santo António, agradeceu o apoio dado pela Câmara Municipal desde o primeiro momento. Foi muito importante toda a análise e abertura demonstrada, bem como todo o apoio logístico. _____

_____Reforçou o convite a todos para estarem presentes nas comemorações oficiais do Centenário que iriam ocorrer a vinte e nove de abril próximo, na Junta de Freguesia, seguindo-se com romagem ao cemitério para se homenagear os beneméritos falecidos, e posterior Sessão Solene no edifício da Junta de Freguesia. _____

_____Acrescentou que iria haver uma recriação do Rancho Folclórico Os Azeitoneiros e que a Sociedade Musical Mindense aceitou o desafio para, também, participar._ _____

_____Concluiu dizendo que a freguesia estaria de portas e braços abertos para todos receber. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o documento à votação. ___

_____**Deliberação tomada por unanimidade:-** Aprovada a atribuição à Junta de Freguesia de Serra de Santo António, de um apoio no valor total de vinte e cinco mil euros, sendo dez mil duzentos e cinquenta e três euros referente a despesas com obras de beneficiação do edifício sede da Junta de Freguesia e catorze mil setecentos e quarenta e sete euros referente a despesas no âmbito das Comemorações do Centenário da Fundação da Freguesia. _____

_____**PONTO 6 – Apoio à Junta de Freguesia de Minde para a comparticipação da aquisição do equipamento necessário ao funcionamento da "Casa da Memória", em Minde** (para deliberação) _____

_____Presente a Proposta número mil seiscentos e trinta e cinco, de onze de abril corrente, enviada pela Câmara Municipal, a qual foi presente à reunião de Câmara de

dezasseis do corrente, tendo sido aprovada a atribuição à Junta de Freguesia de Minde, de um apoio para comparticipação das despesas da aquisição de equipamento necessário ao funcionamento da "Casa da Memória", em Minde, no valor total até cinquenta mil euros. ____ _____

_____Nos termos da alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. _____

_____Assim, solicita a submissão deste assunto à apreciação deste Órgão Deliberativo com vista à respetiva aprovação. _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto. Referiu tratar-se de um projeto levado a cabo pela Junta de Freguesia de Minde, na sequência da doação do edifício em causa, por parte do benemérito Professor Abílio Madeira Martins. _____

_____Estariam a ocorrer obras no edifício, sob responsabilidade da Junta de Freguesia de Minde. _____

_____Foi entendimento que o projeto merecia o apoio da Câmara Municipal de Alcanena, pelo que, dado que, após a obra, seria necessário equipar o edifício para albergar o espólio. Propôs-se apoiar a Junta de Freguesia na aquisição desse equipamento, até ao montante de cinquenta mil euros. Posteriormente, a Junta de Freguesia fará chegar os respetivos comprovativos._____

_____**A Deputada Joaquina de Fátima Ramalho**, Presidente da Junta de Freguesia de Minde, agradeceu o apoio dado pela Câmara Municipal que vem valorizar o espólio doado pelo Professor Abílio Madeira Martins, projeto da sua vida e que este ano comemora noventa anos. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o documento à votação. ___

_____**Deliberação tomada por unanimidade:-** Aprovada a atribuição à Junta de Freguesia de Minde, de um apoio para comparticipação das despesas da aquisição de equipamento necessário ao funcionamento da "Casa da Memória", em Minde, no valor total até cinquenta mil euros._____

_____**Pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos entrou na sala o Deputado Rui Anastácio, que justificou o atraso por motivos profissionais.** _____

_____**Foi considerada justificada a falta do Deputado Rui Anastácio até às vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, tendo participado na sessão a partir dessa hora** _____

_____**PONTO 7 – Empreitada de "Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena"** _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara. __ _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** esclareceu que o concurso foi lançado e não houve interessados a apresentar propostas, pelo que a Câmara Municipal deliberou revogar a decisão de contratar, conforme Informação que vem à Assembleia para conhecimento. _____

_____Deliberou, igualmente, iniciar um novo procedimento de acordo com o projeto revisto, com um preço base de um milhão seiscentos e cinquenta mil euros, com um prazo de execução de trezentos e sessenta e cinco dias, obra essa que vai decorrer em dois mil e dezoito e dois mil e dezanove. _____

_____Disse estar-se perante uma realidade que está a ser transversal a todo o país e a quase todos os municípios. Existe um maior investimento público, existem mais obras, empreiteiros que atravessaram períodos de crise e que foram à falência ou outros emagreceram a sua estrutura, pelo que está a funcionar a lei da oferta e da procura.____

_____Não havendo concorrentes, o passo seguinte foi reavaliar o preço base, esperando-se que o concurso seja mais atrativo e competitivo, para que existam mais propostas para que o concurso seja, finalmente, adjudicado. _____

_____Propõe-se à Assembleia Municipal que delibere a repartição dos encargos e a assunção de compromissos plurianuais, relativamente à Empreitada referida, dado que é competência da Assembleia Municipal._____

_____**- Não adjudicação - Revogação da decisão de contratar** (para conhecimento)_____

_____Presente a Informação/DPGOM/dois mil e dezoito, número quatro mil e trinta e dois, de dez de abril corrente, enviada pela Câmara Municipal, na qual dão conhecimento de que relativamente à Empreitada de "Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena", não houve lugar à apresentação "efetiva" de propostas pelos concorrentes, não havendo lugar a adjudicação._____

_____Refere que a decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar _____

_____**Deliberação tomada por unanimidade: -** Tomado conhecimento._____

_____**- Início de novo procedimento - Repartição de encargos - Compromissos plurianuais** (para deliberação)_____

_____Presente a Informação/DPGOM/dois mil e dezoito, número quatro mil cento e oitenta e nove, de treze de abril corrente, enviada pela Câmara Municipal, na qual dão conhecimento de que relativamente à Empreitada de "Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena", a Câmara revogou a decisão de contratar. _____

_____Considerando a necessidade de lançamento de novo concurso público propõem que seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal, a revogação da deliberação tomada na sessão realizada em vinte e três de junho de dois mil e dezassete, na qual foi autorizada assunção dos compromissos plurianuais, referentes à mesma empreitada e em relação a dois mil e dezoito, no valor de um milhão trezentos e três mil e oitocentos euros, acrescido do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, atendendo às alterações verificadas no processo de concurso._____

Propõem, também, que a Assembleia Municipal delibere a prévia autorização da repartição de encargos para os anos económicos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove e da assunção de compromissos plurianuais para o mesmo período, referentes à Empreitada de "Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena", no valor total de um milhão setecentos e doze mil setecentos e três euros e oitenta e três cêntimos já com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, à taxa de seis por cento, da seguinte forma: _____

_____ - Ano de dois mil e dezoito – quatrocentos e vinte e oito mil cento e setenta e cinco suros e noventa e seis cêntimos. _____

_____- Ano de dois mil e dezanove – um milhão duzentos e oitenta e quatro mil quinhentos e vinte e sete euros e oitenta e sete cêntimos._____

_____**Deliberação tomada por unanimidade:** _____

_____ **a) – Revogar a deliberação tomada na sessão realizada em vinte e três de junho de dois mil e dezassete**, na qual a Assembleia Municipal tinha autorizado a repartição dos encargos e a assunção dos compromissos plurianuais, referentes à **Empreitada de Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena.** _____

_____ **b) - Autorizar a repartição dos encargos** referentes à Empreitada de Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena para os anos de dois mil e dezoito e de dois mil e dezanove._____

_____ **c) - Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais** referentes à mesma empreitada e em relação ao mesmo período, no valor de um milhão setecentos e doze mil setecentos e três euros e oitenta e três cêntimos, com o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, incluído, à taxa de seis por cento, da seguinte forma:_____

_____ - Ano de dois mil e dezoito – quatrocentos e vinte e oito mil cento e setenta e cinco suros e noventa e seis cêntimos. _____

_____- Ano de dois mil e dezanove – um milhão duzentos e oitenta e quatro mil quinhentos e vinte e sete euros e oitenta e sete cêntimos._____

_____**PONTO 8 – Pedido de Reconhecimento de Interesse Público do Projeto Documentar Alcanena – PDR 2020 - Ação 10.2.1.6 - Renovação de Aldeias – Câmara Municipal de Alcanena** (para deliberação) _____

_____Presente a Proposta número três mil novecentos e trinta e seis, de dez de abril corrente, enviada pela Câmara Municipal, a qual foi presente à reunião de Câmara de dezasseis do corrente, tendo sido deliberado submeter o Projeto Documentar Alcanena - PDR - Programa de Desenvolvimento Rural dois mil e vinte – Operação Dez ponto Dois ponto Um ponto Seis – Renovação de Aldeias, à apreciação da Assembleia Municipal, no sentido de reconhecimento do interesse público para as populações e economia local. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara. __ _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** referiu tratar-se de uma candidatura apresentada pelo Município, no âmbito da Operação Ação Dez ponto Dois ponto Um ponto Seis – Renovação de Aldeias, do Programa de Desenvolvimento Rural dois mil e vinte, para investimentos máximos de duzentos mil euros. _____

_____A candidatura apresentada tem como objetivo fazer o levantamento e produção de conteúdos audiovisuais, com a criação de uma base de dados com o património imaterial, com respetiva disponibilização na página da Internet._____

_____Procura valorizar a memória e identidade dos locais, com vista à valorização do património imaterial. _____

_____É requisito para apresentação das candidaturas, a apresentação da Reconhecimento de Interesse Público, emitido pela Assembleia Municipal._____

_____**Solicitou do uso da palavra o Deputado Rui Anastácio**. _____

_____Pediu desculpa por não ter estado presente no início da sessão mas, não teve possibilidade devido a motivos profissionais._____

_____Sobre o projeto em apreço, disse que, apesar ter todo o gosto em declarar o interesse público do projeto, gostaria de entender qual a política Municipal quanto ao Arquivo Municipal e qual a integração do projeto com a Casa da Memória. O projeto deveria ter um enquadramento global, considerando que se continua a perder memória das pessoas que vão falecendo. O projeto é casuístico e, sem uma política de fundo de salvaguarda das memórias, dificilmente se conseguirá resgatar, o passado, no futuro. __

_____A política cultural definida cruza-se, igualmente, com a situação do Museu do Curtume. O espaço está em degradação física e ainda não se conseguiu perceber qual é a abordagem da Câmara Municipal para aquele espaço. Preocupa-o a inércia e falta de sentido crítico sobre o que se tem vindo a passar. _____

_____A aposta deveria passar pelo turismo industrial, muito procurado pelos estrangeiros._____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** respondeu que o que está presente à deliberação é ratificar-se a apresentação da candidatura e deliberar-se sobre o Reconhecimento do Interesse Público do projeto, projeto esse que pretende contribuir para a preservação das memórias, promovendo a salvaguarda de uma parte do tão vasto património imaterial do concelho, procurando recolher testemunhos e o respetivo tratamento para que não se perca esse património, que a Câmara Municipal pretende valorizar e qualificar._____

_____**O Deputado Rui Anastácio** questionou o Senhor Presidente da Assembleia se ficou contente com a resposta dada pela Senhora Presidente da Câmara. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que compete à Senhora Presidente da Câmara prestar os devidos esclarecimentos._____

_____**O Deputado Rui Anastácio** disse que não tinha ficado esclarecido. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o documento à votação. ___

_____**Deliberação tomada por unanimidade:-** Reconhecer o interesse público para as populações e economia local do Projeto Documentar Alcanena - PDR - Programa de Desenvolvimento Rural dois mil e vinte – Operação Dez ponto Dois ponto Um ponto Seis – Renovação de Aldeias, requerido pela Câmara Municipal de Alcanena.

_____**PONTO 9 – Pedido de Reconhecimento de Interesse Público do Projeto Requalificação do Largo Manuel de Jesus Monteiro, em Filhós - PDR 2020 - Ação 10.2.1.6 - Renovação de Aldeias – Junta de Freguesia de Bugalhos** (para deliberação) _____

_____Presente o ofício número doze/dois mil e oito, de vinte e seis de março findo, da Junta de Freguesia de Bugalhos, enviada pela Câmara Municipal, o qual foi presente à reunião de Câmara de dezasseis do corrente, tendo sido deliberado submeter o Projeto Requalificação do Largo Manuel de Jesus Monteiro - PDR - Programa de Desenvolvimento Rural dois mil e vinte – Operação Dez ponto Dois ponto Um ponto Seis – Renovação de Aldeias, à apreciação da Assembleia Municipal, no sentido de reconhecimento do interesse público para as populações e economia local. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara. __ _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** disse a Junta de Freguesia de Bugalhos também apresentou candidatura ao mesmo aviso, para requalificar o Largo de forma mais condigna, com novos equipamentos, criando mais condições para os fregueses que visitam a freguesia. _____

_____**O Deputado Rui Anastácio** disse que tratou-se de uma boa iniciativa da Junta de Freguesia de Bugalhos a qual, no entanto, lhes causou estranheza pelo valor que está a ser proposto, nomeadamente que se gaste dezassete mil euros num painel LED, e que sejam essas as prioridades._____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que, qualquer iniciativa que seja alvo de apoio comunitário é alvo de avaliação por quem analisa as candidaturas, com critérios objetivos que dirão se ela merece ou não ser objeto de apoio. Se a candidatura for aprovada é porque tinha mérito suficiente, se não for é porque não o tinha.___ _____

_____**Solicitou do uso da palavra o Deputado José Luís Ramos,** Presidente da Junta de Freguesia de Bugalhos esclarecendo que, posteriormente ao envio do pedido, verificou a existência de um lapso no documento enviado à Câmara Municipal quanto o valor e ao painel, o qual, não será em tecnologia LED, mas sim um painel estático. A tecnologia LED diz respeito à iluminação pública do espaço. Verificou que o que foi apresentado em candidatura está correto, tendo apenas havido lapso na documentação enviada para a Câmara Municipal. Esclareceu que o investimento ronda os onze mil euros.____ _____

_____Assim que se detetou o erro, enviou-se, via correio, para a Câmara Municipal a corrigir os valores._____

_____**O Deputado Rui Anastácio** disse que, enquanto cidadãos de um país, devemos ser julgados por aquilo que fazemos bem e por aquilo que fazemos mal. Quem gere dinheiros públicos está sujeito ao escrutínio de todos. _____

_____Considerando a existência de documento corretivo ao que foi enviado esse deveria ter sido enviado, dado que apenas tem um documento onde se refere que o investimento será de cerca de duzentos mil euros. Disse que, no mínimo, antes da discussão do ponto, os deputados deveriam ter sido informado de que não era esse o valor. Trata-se de uma inoperância de quem trata da Ordem de Trabalhos._____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o proponente da proposta efetuou o esclarecimento. Acrescentou que, se for entendimento que o ponto devia ser alvo de alteração, estava disposto a alterar. Se não houver oposição, votar-se-á o assunto. __ _____

_____**O Deputado Rui Anastácio** respondeu que o Senhor Presidente da Assembleia não deveria ter acusado a Assembleia de estar a perder tempo, mas sim deveria ter apresentado um pedido de desculpas à Assembleia Municipal, pelas informações que foram enviadas, independentemente do Senhor Presidente da Assembleia não ter a culpa._____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que tomou a atitude correta de colocar o assunto à votação dos deputados. _____

_____**O Deputado José Luís Ramos,** Presidente da Junta de Freguesia de Bugalhos esclareceu que a culpa a ser atribuída tem de ser atribuída à Junta de Freguesia e não à Câmara nem à Assembleia Municipal. Só na passada terça-feira se deparou com a incorreção. Enviou-se a comunicação à Câmara que, possivelmente ainda não deu entrada nos serviços. _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** esclareceu que o que foi confrontada com a situação na presente sessão. Disse comprometer-se, assim que receber o documento da parte da Junta de Freguesia, de o remeter à próxima reunião de Câmara, para conhecimento e enviar-se a todos os deputados municipais, considerando que a declaração de reconhecimento de interesse público não carece de alteração._____

_____**O Deputado Joaquim Gomes** respondeu que o que está em causa é o Reconhecimento do Interesse Público do Projeto, pelo que sugeriu que ficasse com uma adenda de correção ao assunto, de modo a ficarem todos confortáveis com o assunto.__

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o documento à votação. ___

_____**Deliberação tomada por unanimidade:-** Reconhecer o interesse público para as populações e economia local do Projeto Requalificação do Largo Manuel de Jesus Monteiro - PDR - Programa de Desenvolvimento Rural dois mil e vinte – Operação Dez ponto Dois ponto Um ponto Seis – Renovação de Aldeias, requerido pela Junta de Freguesia de Bugalhos, com a respetiva correção do valor do investimento, de acordo com o esclarecimento prestado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Bugalhos._ _____

_____**PONTO 10 – Documentos de Prestação de Contas de 2017 e Relatório de Acompanhamento Semestral do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena** (para deliberação) _____

_____Presentes os Documento de Prestação de Contas de dois mil e dezassete e Relatório de Acompanhamento Semestral do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena, os quais foram remetidos pela Câmara Municipal de Alcanena.

_____Os referidos documentos foram aprovados na reunião de Câmara de dezasseis de abril corrente. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara. __ _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** fez uma breve apresentação do assunto. Fez uma explanação da evolução da receita total e evolução das principais receitas desde dois mil e catorze a dois mil e dezassete, verificando-se um aumento da receita proveniente do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e diminuição da receita proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis. _____

_____Relativamente às receitas provenientes de Fundos Comunitários, verifica-se que a Remodelação da Rede de Coletores veio, em muito, contribuir para o aumento de tal receita. _____

_____Relativamente à evolução quanto ao recurso ao crédito, disse que o único ao qual foi possível recorrer foi ao Plano de Saneamento Financeiro e, atualmente, ao crédito para fazer face à contrapartida nacional de projetos financiados por Fundos Comunitários. _____

_____Foi possível renegociar os créditos contraídos para fazer face ao Plano de Saneamento Financeiro, em dois mil e quinze._____

_____De dois mil e dez a dois mil e dezassete o investimento por eleitor foi superior ao de anos anteriores, com um aumento dos recursos financeiros._____

_____No que diz respeito à evolução da dívida total, o ano de dois mil e dezassete terminou com uma dívida na ordem dos sete milhões e meio de euros, relevando o esforço bastante significativo que houve na amortização da dívida. _____

_____Verificou-se uma redução da dívida de Médio e Longo Prazo na ordem dos seis milhões e meio de euros. _____

_____A Dívida de Curto Prazo tem vindo a sofrer alterações em baixa, ficando em valores bastante controláveis. A receção dos documentos, no final do ano, necessitam de ser conferidos e processados, de tal maneira que por vezes apena só se consegue efetivar o pagamento no ano seguinte. Ainda assim, a dívida de curto prazo está muito longe de ser semelhante à de dois mil e oito, dois mil e nove e dois mil e dez. A partir da aprovação do Plano de Saneamento Financeiro, os valores da dívida de curto prazo diminuíram consideravelmente. _____

_____Fez, também, referência aos tipos de dívidas de curto prazo, os encargos por instalações, as entidades onde o Município participa, as entidades não societárias às quais o Município paga a sua quotização e a relevância de cada uma delas e contributo que as entidades relevantes têm para a dívida total do Município, de acordo com o estabelecido no artigo quinquagésimo quarto da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro._____

_____Deu conhecimento da evolução do endividamento líquido municipal, enfatizando que apenas a partir de dois mil e dez se começou a cumprir os limites do endividamento, terminando-se dois mil e dezassete com uma margem de quase nove milhões de euros._____

_____A taxa de execução da receita foi de cento e um por cento._____

_____A taxa de execução da despesa foi de noventa e um por cento._____

_____O prazo médio de pagamento fixou-se nos vinte e sete dias, muito longe da média de duzentos e dos quatrocentos e oito dias que se chegaram a verificar._____

_____Disse que, em dois mil e dezassete existiam cento e cinquenta e seis trabalhadores, muito longe dos duzentos e sessenta e nove que existiam em dois mil e sete. Existem problemas de falta de recursos humanos que estão a ser corrigidos. _____

_____Relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia referiu que poderia parecer que antigamente as transferências eram muitas mas era comum serem as Juntas de Freguesia a fazerem obras que eram da responsabilidade da Câmara Municipal fazer. As Juntas de Freguesia faziam as obras e a Câmara transferia o dinheiro. Em dois mil e doze, a dívida às Juntas de Freguesia ascendia a meio milhão de euros._____

_____A partir de dois mil e nove as Juntas de Freguesia deixaram de fazer obras da responsabilidade da Câmara Municipal._____

_____Em dois mil e dezassete foram distribuídos trezentos mil euros pelas Juntas de Freguesia, em dois mil e dezoito, serão atribuídos trezentos e cinquenta mil e para dois mil e vinte e um prevê-se que o valor a transferir para as freguesias seja de quinhentos mil euros, ou seja, um aumento de cinquenta mil euros por ano._____

_____Fora dos acordos de execução, foram transferidas verbas para a Junta de Freguesia de Bugalhos, no âmbito da Requalificação da Rua da Eira, para a Junta de Freguesia de Serra de Santo António, foi transferida a última tranche para apoio nas obras do Cemitério, para o Espinheiro, apoio também para a ampliação do cemitério e para a União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro, para a pavimentação da Rua das Escolas e da Rua de Santa Isabel, em Malhou._____

_____As intervenções efetuadas pela Câmara Municipal nas freguesias, ascendeu a cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros, havendo o compromisso de se investir em toda a rede viária das diversas freguesias. _____

_____Terminada a exposição da Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, **solicitou do uso da palavra o Deputado Rui Anastácio** que questionou qual o valor do saldo de gerência._____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** respondeu que era de cerca de um milhão e trezentos mil euros._____

_____**Solicitou do uso da palavra o Deputado Ivo Santos**, dizendo que da análise efetuada aos documentos se ressalvava que existia diminuição do número de população, medida através da diminuição do número de eleitores. Disse que Alcanena estava ao nível de um concelho do interior, apesar de ser um concelho bem servido por rede viária e indústria._____

_____Verifica-se que, no ano de dois mil e dezassete, o aumento da receita cobrada líquida foi realizado à custa, principalmente, da elevada taxa de cobrança dos impostos diretos, como por exemplo o Imposto Municipal sobre Imóveis, cuja taxa praticada em Alcanena é uma das mais elevadas do Distrito de Santarém. _____

_____A perda de população verificada na última década é alarmante e não se vislumbra qualquer medida, plano ou intenção de a inverter._____

_____O Relatório de Gestão de dois mil e dezassete reflete as opções políticas do Executivo do Partido Socialista. _____

_____Relativamente ao referido pela Senhora Presidente da Câmara, quanto à redução do número de trabalhadores, disse ser discordante porque a falta de recursos humanos tem sido suprida à custa de trabalhadores precários, não sendo a forma mais correta, dado que os precários também são cidadãos do concelho. _____

_____**O Deputado Rui Anastácio** também mostrou preocupação quanto ao decréscimo brutal do número de eleitores do concelho e a forma como se passa por tal facto como se não fosse importante. Deveria ser a primeira preocupação da Assembleia Municipal. E a culpa era de todos porque não se tem conseguido encontrar soluções para inverter este processo. O concelho de Alcanena está encostado à A1, tem um conjunto de condições privilegiadas e está a perder população todos os dias, nomeadamente massa crítica que, por si só é muito grave._____

_____Na última campanha eleitoral passou por vários concelhos e sentiu que no seu concelho não existe massa crítica nem gente para discutir o concelho. A diminuição do número de eleitores deveria merecer preocupação e reflexão._____

_____Constata-se que o saldo da conta de gerência é de cerca de um milhão e trezentos mil euros. Questionou como se explicava um saldo de gerência tão elevado quando existiam situações necessitadas de resolução como o Estádio Municipal, a Estrada de Serra de Santo António-Minde, as Pontes de Gouxaria e Espinheiro e a estrada que liga Alcanena a Bugalhos. _____

_____**O Deputado Joaquim Gomes** esclareceu que o Partido Socialista estava atento à situação do decréscimo da população. Tratava-se de um problema transversal a todo o país. E era uma preocupação de todos, enquanto munícipes e de todos, em particular, enquanto Membros da Assembleia Municipal. _____

_____Disse ser importante criar-se um fórum para se discutir o assunto e tentar- se encontrar ações para o futuro. Trata-se de um problema que se arrasta há cerca de trinta anos, pela falta de política de ordenamento do território e que será de resolver com a revisão do Plano Diretor Municipal. _____

_____Salientou a capacidade demonstrada na redução do endividamento e aumento da capacidade de endividamento em um milhão e oitocentos mil euros, o que era fantástico no que à gestão dizia respeito. No entanto, existiam outras coisas a fazer, nomeadamente o combate à desertificação. _____

_____Acrescentou que o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores evidenciava compromisso com todos os fornecedores._____

_____**A Deputada Carla Batista** referiu que, da análise efetuada ao documento, concluía que se continuava a levar a cabo uma política de transparência no rigor da gestão dos dinheiros públicos._____

_____Disse ser de louvar a questão da redução gradual da dívida porque foi algo que levou o Município à beira do abismo. É de louvar, também, que essa redução não tenha impedido, ainda assim, o investimento._____

_____Relativamente ao debate sobre a redução do número de eleitores, trata-se de uma realidade que não é nova, e que não diz respeito somente ao concelho de Alcanena.

_____No entanto, têm sido tomadas medidas de incentivo à natalidade, verificando-se até, que existe uma freguesia do concelho que está a contrariar a tendência da diminuição da natalidade, Serra de Santo António._____

_____**O Deputado Luís Saca** disse congratular-se com o que estava a ser discutido, concretamente quanto à redução da natalidade no concelho, bem como estar-se a dar mais estabilidade aos funcionários da Câmara Municipal. A redução da natalidade deverá ser objeto de reflexão no decurso deste mandato, porque essa redução afeta sobretudo as freguesias que ficam, ainda, mais debilitadas. _____

_____Acrescentou que o problema da precaridade não era de agora porque há quinze anos já existiam trabalhos precários._____

_____Disse que se deveria tentar alivar mais a carga fiscal que recai sobre os contribuintes, contribuindo, isso, positivamente para o concelho. _____

_____Congratulou-se com o conjunto de situações positivas como a redução da dívida em cerca de dois milhões de euros, sem que tal tivesse implicações negativas como por exemplo, a redução do investimento. _____

_____Concluiu dizendo que no passado ano as contas foram aprovadas por unanimidade, o que demonstra o reconhecimento e apoio à atividade desenvolvida pela Câmara Municipal. _____

_____**O Deputado Samuel Frazão**, Presidente da Junta de Freguesia de Monsanto, congratulou-se com as contas apresentadas e com o equilíbrio do rácio entre a receita e a despesa, com execução de projetos importantes para o concelho. _____

_____Dois mil e dezassete foi ano de eleições e a Câmara Municipal não executou mais obra para que pudesse deixar a casa arrumada para quem viesse e, para que tal não fosse conotado como uma atitude eleitoralista._____

_____Concorda com a preocupação demonstrada por todos quanto ao decréscimo populacional. Na sua freguesia cada bebé que nasça tem o apoio de setecentos e

cinquenta euros, mas não tem havido muitos nascimentos. Um dos problemas poderá advir da falta de acessibilidades, concretamente em relação à Estrada Regional Trezentos e Sessenta e Um. Reconhece que alguns deputados já levaram a questão ao Parlamento e que com o trabalho conjunto de todos os partidos políticos poderá ter mais impacto na resolução do problema._____

_____Disse que se têm de arranjar ideias e incentivos para fixar a população jovem e não só, bem como resolver-se a questão ambiental. _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** disse e que o primeiro passo, passa por se envidar esforços para se resolver o problema do mau estado de conservação da Estrada Regional Trezentos e Sessenta e Um. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** disse que qualquer organização tem os seus pontos ou situações menos conseguidas, sendo que algumas dependem da gestão direta e outras não, como é o caso da questão demográfica, problema transversal a todo o país. ___ _____

_____Referiu a existência de política social de incentivo e compensação à natalidade. Olhar para a população eleitora implica, também, olhar-se para a população nascida. Acrescentou que, por norma, tende-se a culpar os outros. No entanto questiona quantas pessoas trabalham no concelho e vão viver para fora. A atratividade é, também, um fator pessoal. _____

_____O Plano Estratégico já demonstrava esta preocupação, sendo um problema que merece continuidade. _____

_____Quando iniciou o primeiro mandato, a situação financeira do Município estava terrível, algo que, enquanto alcanenense, o envergonhava. Era uma das autarquias mais incumpridoras. Atualmente é das mais cumpridoras. _____

_____Teve de se recorrer a um Plano de Saneamento Financeiro, do qual se irá agora sair, e que obrigou a Autarquia a um conjunto de restrições, aplicação de impostos e outras situações, as quais foram encaradas com a eficácia que se constata com os resultados agora alcançados. _____

_____Para se realizar os investimentos necessários, é necessário, igualmente, ter-se capacidade para os realizar. Se se tiver capacidade para se ir buscar investimento comparticipado a oitenta e cinco por cento é mais favorável do que se ter de pagar todo o investimento. _____

_____Olhar para a fixação da população passa por se olhar para os fornecedores e para a capacidade de pagamento rápido por parte da Câmara Municipal. Houve uma

altura que a Câmara teve de adquirir bens a fornecedores fora do concelho porque a maior parte dos fornecedores do concelho não davam crédito à Câmara Municipal.____

_____Como elemento da Assembleia Municipal, enalteceu o bom desempenho do executivo. _____

_____**O Deputado Rui Anastácio** disse que foram colocadas algumas questões à Senhora Presidente que não foram respondidas._____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** esclareceu que o debate que se seguiu foi ao encontro de algumas das questões colocadas._____

_____A diminuição demográfica também a preocupa e está na ordem do dia. O Município de Alcanena tem tomado iniciativas diversas como a disponibilização de equipamentos públicos, ofertas em diversificadas áreas, educação de excelência, melhoria do ordenamento do território, sustentabilidade económico-financeira da autarquia, pagamento a fornecedores em tempo razoável. _____

_____O Saldo da Gerência apresenta um valor atípico por ter assumido que a Câmara Municipal não avançaria com obras em vésperas de eleições. Houve até uma obra cujo contrato foi assinado em vésperas de eleições mas foi dada indicação ao empreiteiro que não iniciasse a obras antes do dia um de outubro. _____

_____Verificaram-se, também, constrangimentos com concursos públicos que não avançaram e que fizeram que o ano de dois mil e dezassete tivesse tal resultado extraordinário._____

_____Disse que a gestão financeira não tem sido fácil porque também não se podia comprometer o investimento. O novo paradigma da gestão autárquica é investir-se e, em paralelo, ter contas estáveis. _____

_____Os resultados apresentados são o resumo de uma evolução de muitos anos da mesma linha de orientação e gestão, feita de forma determinada, orientada e responsável, envolvendo todos os parceiros. _____

_____**O Deputado Rui Anastácio** deu conhecimento que o sentido de voto da bancada que representava era de abstenção. Os resultados alcançados, independentemente de reconhecer ou não o seu mérito, mereciam ser desmistificados dado que os Presidentes de Câmara só começaram a gastar aquilo que tinham porque o Senhor Ministro, Vítor Gaspar, acabou com o "forrobodó" de despesismo sem haver a respetiva receita para suporta a despesa._____

_____A justificação apresentada sobre o Saldo de Gerência não tem qualquer correspondência com os fundos comunitários, porque os projetos ainda não avançaram.

O que está em causa é existirem carências graves que necessitam de ser supridas, alegando-se não se fazer obras em vésperas de eleições. _____

_____Acrescentou que o argumento apresentado quanto a não se fazer obras em vésperas de eleições não foi alargado ao facto de se ter avançado com situações que foram condenadas pela Comissão Nacional de Eleições. E os investimentos ainda não avançaram porque os empreiteiros não aceitaram os orçamentos propostos nos projetos.

_____Referiu não gostar que "lhe atirem areia para os olhos". _____

_____Esclareceu que, em dois mil e cinco, ouviu a atual Senhora Presidente criticar, veementemente, o facto da revisão do PDM – Plano Diretor Municipal estar atrasado. São processos morosos. E chamar à colação o PDM – Plano Diretor Municipal é ter "no mínimo, falta de vergonha". É um processo que deveria envergonhar todos. Mais disse que não fazia comentários quanto ao facto de dizerem que o processo estava quase concluído. _____

_____A natalidade promove-se com oferta de trabalho para os jovens licenciados. É isso que é o desenvolvimento económico. A natalidade não se promove com a oferta de cabazes. É importante, mas não resolve. O que resolve é as pessoas sentirem que têm oportunidade de evoluir na sua vida e a questão ambiental, também é importante. Desconhecia que a Serra de Santo António estava a inverter a tendência de decréscimo de população. _____

_____Concluiu dizendo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monsanto fez referência aos projetos interessantes que a Câmara Municipal está a desenvolver. Ficou com curiosidade de saber quais são eles._____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que o processo de revisão do PDM – Plano Diretor Municipal, é um processo moroso e cada vez mais complicado, com fatores exógenos à Câmara que têm atrasado o processo, como foi o caso da mudança da legislação da Reserva Ecológica Nacional. _____

_____Para que o PDM – Plano Diretor Municipal seja aprovado, são necessários mais de vinte intervenientes. O prazo para conclusão do processo ronda os sete a doze anos, problema transversal a todos os municípios na mesma situação. _____

_____**O Deputado Rui Anastácio** disse existir uma entidade chamada Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde estão representados os Presidentes de Câmara. __ _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** considerou que não deveria existir nenhum Presidente com assento na Associação Nacional de Municípios que defendesse tal metodologia._____

_____**A Deputada Carla Batista** esclareceu o Deputado Rui Anastácio que, na Assembleia Municipal realizada em novembro de dois mil e dezassete, foram referidos diversos projetos, tal como referido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Monsanto, nomeadamente a Requalificação do Quartel da Guarda Nacional Republicana, Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena, o aumento da cobertura do Concelho com Rede de Saneamento Básico, o Centro Escolar de Alcanena, entre outros.

_____**O Deputado Rui Anastácio** respondeu que a Deputada Carla Batista foi muito simpática em fazer referência aos projetos, dos quais tinha conhecimento, porque tinha estado presente nessa sessão. _____

_____Reconhece os projetos referenciados e questionou se são realmente importantes para o concelho, se mudam algum paradigma ou se transformam alguma coisa, independentemente de reconhecer a sua necessidade. Na sua opinião, existem projetos muito mais importantes para o concelho. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** convidou o Deputado Rui Anastácio a apresentar esses projetos numa próxima campanha eleitoral. As escolhas de cada um são julgadas pelos munícipes. As autarquias funcionam como facilitadoras da criação de desenvolvimento económico, social e ambiental. _____

_____Com a revisão do Plano Diretor Municipal, foi possível conseguir resolver-se o problema da ampliação da Base do Intermarché, que permitiu a criação de mais duzentos postos e trabalho e, consequentemente, que não se perdessem trezentos._____

_____O desenvolvimento económico também é da responsabilidade dos empreendedores e de quem faz os investimentos. A Câmara Municipal entra no processo apenas como agente facilitador._____

_____O concelho de Alcanena tem uma dinâmica económica muito grande, que cria emprego para quem vem de fora do concelho e que se encontra em situação de quase pleno emprego. _____

_____**O Deputado José Luís Ramos**, Presidente da Junta de Freguesia de Bugalhos acrescentou que, Alcanena, sendo um dos concelhos com menor taxa de desemprego, também tem uma boa oferta. Não é só responsabilidade do Município mas também de toda a população, porque se vai às compras fora do concelho, vai-se ao

médico fora do concelho, investe-se fora do concelho. Isso faz com que o concelho perca atratividade. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o documento à votação. ___

_____**Deliberação tomada por maioria, com nove abstenções, dois votos contra e dezassete votos a favor:-** Aprovados os Documentos de Prestação de Contas de dois mil e dezassete e o Relatório de Acompanhamento Semestral do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena._____

_____**Abstiveram-se** os Deputados Rui Anastácio, António Augusto Fresco, Maria do Carmo Fernandes, Paulo Frazão, José Manuel Paiva, Maria de Lurdes Monteiro, Maria da Luz Manha, Joaquina de Fátima Ramalho e Marlene Vieira._____

_____**Votaram contra** os Deputados Ivo Santos e Patrícia Dinis. _____

_____**O Deputado Ivo Santos** apresentou a seguinte declaração de voto:_____

_____**"Declaração de voto contra –** Ponto Dez – Documentos de Prestação de Contas de dois mil e dezassete. _____

_____CDU – Coligação Democrática Unitária, vem expor o seguinte: _____

_____Verifica-se que, no ano de dois mil e dezassete, o aumento da receita cobrada líquida foi realizado à custa, principalmente, da elevada taxa de cobrança dos impostos diretos, como exemplo temos o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), em que é praticada uma das taxas mais elevadas do Distrito de Santarém. _____

_____A perda de população é alarmante, verificou-se na última década e não se vislumbra qualquer medida, plano ou intenção de a inverter._____

_____O Relatório de Gestão de dois mil e dezassete reflete as opções políticas do Executivo do Partido Socialista. _____

_____Não sendo as opções nem as conclusões da CDU – Coligação Democrática Unitária, o sentido de voto é contra neste ponto da sessão de vinte e sete de abril de dois mil e dezoito.**"**_____

_____**PONTO 11 – 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018 – Orçamento; GOP - PPI e AMR** (para apreciação)_____

_____Presente a Informação número quatro mil cento e cinquenta e seis, de treze do corrente mês de abril, enviada pela Câmara Municipal, propondo a aprovação da Primeira Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, referentes aos Documentos Previsionais de dois mil e dezoito, documentos que anexam à Informação, e que seja o assunto submetido à Assembleia Municipal, nos termos da Lei. _____

_____A referida proposta foi aprovada na reunião de Câmara, realizada no dia dezasseis de abril corrente. _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** fez o enquadramento do documento presente à votação, referindo que a Primeira Revisão Orçamental se devia a compromissos assumidos em dois mil e dezassete e transitados para dois mil e dezoito, a empreitada do Centro Escolar que já deveria contar com meio ano de execução e que, por o concurso ter ficado deserto, se atrasou a execução._____

_____Fez, também referência à entrada de receita por via da aprovação da candidatura de Requalificação do Miradouro Joaquim Ramos Vieira._____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o documento à votação. ___

_____**Deliberação tomada por maioria, com onze abstenções e dezassete votos a favor: -** Aprovada a Primeira Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, referentes aos Documentos Previsionais de dois mil e dezoito. _____

_____**Abstiveram-se** os Deputados Rui Anastácio, António Augusto Fresco, Maria do Carmo Fernandes, Ivo Santos, Paulo Frazão, José Manuel Paiva, Maria de Lurdes Monteiro, Patrícia Dinis, Maria da Luz Manha, Joaquina de Fátima Ramalho e Marlene Vieira. _____

_____**PONTO 12 – Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena - Suspensão da Aplicação** (para deliberação)_____

_____Presente a Informação número quatro mil e quarenta e oito, de onze do corrente mês de abril, enviada pela Câmara Municipal, propondo qua a Câmara solicite à Assembleia Municipal autorização para a suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena, de acordo com o previsto no artigo nonagésimo sétimo, da Lei número cento e catorze/dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para dois mil e dezoito.

_____A referida informação foi aprovada na reunião de Câmara, realizada no dia dezasseis de abril corrente. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que o que está a ser presente a deliberação é um marco importante, porque o Plano de Saneamento Financeiro veio impor um conjunto de condições para as quais se está, atualmente, em condições de sair e ter uma outra liberdade de ação. _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** fez a apresentação do proposto. Com este plano foi possível reduzir-se o endividamento líquido municipal, a dívida a terceiros, o prazo médio de pagamentos e o número de efetivos._____

_____Os municípios estiveram impedidos, pela TROIKA, de contratarem pessoas. Quando quis contratar um fiscal municipal e um jurista, teve de pedir autorização ao Ministério das Finanças, cuja autorização demorou cerca de ano e meio a ser concedida. As contratações para as quais se estava a solicitar autorização tinham sido referidas como necessárias pela Inspeção Geral de Finanças, nas conclusões de uma ação inspetiva levada a cabo no Município. _____

_____Retirar a Câmara Municipal da rotura financeira parece ter sido fácil mas não o foi. _ _____

_____A Lei do Orçamento de Estado para dois mil e dezoito veio permitir a suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro, caso se verificassem os pressupostos referidos na lei. Acrescentou que se o Município não continuar a cumprir com determinados pressupostos, será, novamente, sujeito à aplicação do Plano de Saneamento Financeiro. _____

_____**O Deputado Ivo Santos** questionou sobre qual era o objetivo de se suspender a aplicação do Plano de Saneamento Financeiro. _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** esclareceu que a suspensão da aplicação não significava que o Município não necessitava de continuar a cumprir com o Plano. Apenas deixa de ter de mostrar evidências de que se enquadra em algo que já não o é. _

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o documento à votação. ___

_____**Deliberação tomada por maioria, com dois votos contra e vinte e seis votos a favor: -** Autorizada a suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena, de acordo com o previsto no artigo nonagésimo sétimo, da Lei número cento e catorze/dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para dois mil e dezoito, conforme informação aprovada na reunião da Câmara Municipal, realizada em dezasseis de abril de dois mil e dezoito._____

_____**Votaram contra** os Deputados Ivo Santos e Patrícia Dinis. _____

_____**O Deputado Ivo Santos** apresentou a seguinte declaração de voto:_____

_____**«Declaração de voto contra –** Ponto Doze – Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena – Suspensão da Aplicação. _____

_____A CDU – Coligação Democrática Unitária vem expor o seguinte: _____

_____O Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena teve como objetivo a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, tendo em conta que o resultado da operação não aumentava o endividamento líquido do Município. _____

_____"Na vigência do contrato de saneamento financeiro, executivo é obrigado a cumprir as obrigações previstas nos números quatro e sete do artigo quadragésimo da Lei dois/dois mil e sete, de quinze de janeiro. _____

_____Dispõem esses mesmos artigos, que: _____

_____ "4 – Os órgãos executivos, durante o período do empréstimo, ficam obrigados a: _____

_____a) Cumprir o plano de saneamento financeiro mencionado no número anterior; __ _____

_____b) Não celebrar novos empréstimos de saneamento financeiro; _____

_____c) Elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro mencionado no número anterior e remetê-los, para apreciação, aos órgãos deliberativos;

_____d) Remeter ao Ministro das Finanças e ao ministro que tutela as autarquias locais cópia do contrato do empréstimo, no prazo de quinze dias a contar da data da sua celebração."_____

_____"7 – Durante o período de vigência do contrato, a apresentação anual de contas à assembleia municipal inclui, em anexo ao balanço, a demonstração do cumprimento do plano de saneamento financeiro." _____

_____Sendo previsto no artigo nonagésimo sétimo da Lei número cento e catorze/dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro que poderá ser proposta a suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro, tendo em consideração que a aprovação da suspensão terá de passar pela deliberação da Assembleia Municipal, após proposta da Câmara Municipal e cumpridos os requisitos do limite da dívida total impostos pelo previsto no artigo quinquagésimo segundo da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro. _____

_____A suspensão da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena, não é uma solução defendida pela CDU – Coligação Democrática Unitária devido às limitações no controlo da dívida e ao valor elevado que a dívida total apresenta face à receita corrente líquida. Acresce as preocupações levantadas com falta de elementos de informação e de possibilitar no futuro o aumento da dívida líquida do Município de Alcanena. _____

_____Não é visível de que modo possa contribuir para a consolidação do passivo financeiro que foi objeto da aprovação do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Alcanena no ano de dois mil e onze. _____

_____Nesse sentido o voto da CDU – Coligação Democrática Unitária é contra neste ponto da sessão de vinte e sete de abril de dois mil e dezoito.» _____

_____**PONTO 13 - Constituição de Empresa Intermunicipal para a Gestão de Serviços de Interesse Geral designadamente dos serviços municipais de gestão e tratamento dos resíduos urbanos nas áreas dos Municípios de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira de Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha: RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA e aprovação dos Estatutos** (para deliberação) _____

_____Presente a Informação/DPGOM/dois mil e dezoito, número mil duzentos e oito, de um de fevereiro último, enviada pela Câmara Municipal, à qual anexam informação sobre a Constituição de Empresa Intermunicipal para a Gestão de Serviços de Interesse Geral designadamente dos serviços municipais de gestão e tratamento dos resíduos urbanos nas áreas dos Municípios de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira de Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha: RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima e respetivos Estatutos. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara. __ _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** esclareceu que o assunto foi presente à sessão de Assembleia Municipal anterior para esta se pronunciar sobre a constituição da empresa intermunicipal de prestação de serviços atualmente prestados pela Resitejo e alargando-se a outras atividades subsidiárias, descritas nos respetivos estatutos. _____

_____A Assembleia Municipal já se pronunciou favoravelmente sobre a criação de tal entidade, que decorre da própria lei e, por imposição da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. _____

_____Ficou consagrado em tal Assembleia que se iria aguardar pelo parecer da entidade reguladora, por ser obrigatório. O parecer foi enviado e é a própria ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos que indica a necessidade de se constituir a empresa intermunicipal. _____

_____Propõe-se a aprovação do Pacto Social e dos respetivos Estatutos da empresa, porque é essa aprovação que legitima a Resitejo a enquadrar a empresa legalmente. Virá, posteriormente, para aprovação, o contrato de gestão delegada. _____

_____**O Deputado Ivo Santos** disse que não se conhece bem a situação financeira da empresa. No entanto, não é concordante com a constituição da empresa, por ter um objeto muito lato, com uma panóplia de atividades que corrompem o objetivo inicial de constituição da Resitejo. _____

_____Fez referência à verticalização dos serviços, deixando os municípios de poder decidir sobre as tarifas que irão aplicar. _____

_____Referiu preocupação, também, quanto à possibilidade, no futuro, da entrada de privados no capital social, até ao limite de quarenta e nove por cento. Deu o exemplo da empresa das Águas de Santarém que está a fazer o processo inverso, de blindar a entrada de capital de empresas privadas. _____

_____Questionou sobre qual era a posição do Município quanto à gestão em baixa. ____ _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** respondeu que nada tinha contra a maior abrangência de serviços, até porque os serviços que serão integrados, ainda não estão definidos. _____

_____**O Deputado Ivo Santos** disse não concordar com o referido porque, caso exista evidência de que todos os municípios pretendam integrar a gestão em baixa, não vê por que razão o Município de Alcanena também não a integrará. _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** respondeu que a Câmara poderá decidir não enquadrar nenhum serviço. Uma coisa é o objeto do contrato e outra é o que será contratado com a empresa. _____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o documento à votação. ___

_____**Deliberação tomada por maioria, com dois votos contra e vinte e seis votos a favor:-** Aprovada a Constituição de Empresa Intermunicipal para a Gestão de Serviços de Interesse Geral designadamente dos serviços municipais de gestão e tratamento dos resíduos urbanos nas áreas dos Municípios de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira de Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha: RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima. _____

_____**Deliberado,** também, aprovar os Estatutos da referida Empresa. _____

_____**Votaram contra** os Deputados Ivo Santos e Patrícia Dinis. _____

_____**O Deputado Ivo Santos** apresentou a seguinte declaração de voto:_____

_____**«Declaração de voto contra –** Ponto treze Constituição de Empresa Intermunicipal para a Gestão de Serviços de Interesse Geral designadamente dos serviços municipais de gestão e tratamento de resíduos urbanos (…): RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, Empresa Intermunicipal, Sociedade Anónima. E aprovação de estatutos. _ _____

_____A CDU – Coligação Democrática Unitária vem expor o seguinte: _____

_____Há muito que o funcionamento da RESITEJO nos suscita preocupações quer do ponto de vista da natureza associativa, que impossibilita a fiscalização dos órgãos autárquicos associados, quer dos graves problemas laborais, quer ainda das preocupações ambientais decorrentes de atividades dos resíduos sólidos urbanos e equiparados, quer de resíduos de outra natureza, para os quais não há suporte legal. ___

_____A RESITEJO à luz do direito, atualmente em vigor, carece de fundamento legal para o desenvolvimento da atividade de gestão de resíduos urbanos, com a agravante de receber resíduos não urbanos. _____

_____Não podemos concordar com a proposta de constituição de uma nova RESITEJO, pois, em linhas gerais, apontam para a continuação das atividades e dum modelo de gestão que contestamos e que assentam em linhas gerais: na concentração de poderes, na abertura da porta à verticalização em baixa/alta, em imposições das negociações de tarifários e na interrupção de serviços em caso de incumprimento. ____

_____- A CDU – Coligação Democrática Unitária não aceita a entrega dos sistemas em baixa de resíduos domésticos comuns, que abre portas ao fim de políticas tarifárias e ambientais próprias das autarquias. A entrega da recolha em baixa dos resíduos sólidos domésticos deixa os municípios reféns de uma gestão sobre a qual deixam de ter qualquer tipo de poder ou influência._____

_____- Na minuta do pacto social da empresa intermunicipal delegatária a constituir, o articulado apresentado suscita dúvidas, nomeadamente no que diz respeito ao Objeto: o artigo quatro está moldado de tal forma que permitirá o corrompimento do seu objeto central específico: gestão, recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos. Defendemos estritamente o que compete a uma associação de fins específicos e não uma panóplia de funções ou atividades, que umas não têm enquadramento no objeto principal e legal e outras abrem a porta a atividades pouco claras.____ _____

_____- Rejeitamos e vimos com grande preocupação o artigo de Participação, nomeadamente a participação em agrupamento complementares de empresas, consórcios e sistemas multimunicipais pois são uma porta aberta para uma futura privatização. _____

_____- Nos pontos do capital social está previsto a possibilidade Aumento de Capital: Reservar cinquenta e um por cento do capital para as autarquias não é sintomático de controlo efetivo por parte dos municípios. Reafirma-se a necessidade de uma associação com capital exclusivo das autarquias. _____

_____- Poderes e reforço da Fiscalização: Fiscal único e porque não conselho fiscal para reforço da fiscalização. _____

_____- Verifica-se o poder concentrado no conselho de administração (reúne três vezes) e sobretudo no administrador. Existem necessidades de alterações que permitam um reforço da presença das câmaras municipais no acompanhamento. _____

_____- A Assembleia Geral tem um papel diminuto, reúne só duas vezes por ano, havendo demasiadas possibilidades de delegação de competências no Conselho de Administração e no Diretor-Geral o que configura a continuação do atual estilo de administração, em que a intervenção dos municípios é residual. A criação desta situação retira logo à partida capacidade do exercício fiscalizador da Assembleia Geral ou seja, ordinariamente os municípios são excluídos de uma participação regular numa EIM – Empresa Intermunicipal que muito influenciará a qualidade de vida dos seus territórios.

_____- No estudo de viabilidade económico-financeiro e racionalidade económica: pretende-se justificar a sustentabilidade e autonomia financeira da nova Resitejo. Mas, em última análise, serão os municípios e as populações que irão sustentar o seu funcionamento através do contrato de delegação de exploração, onde os municípios delegam e cedem poderes e competências próprias, prestando a nova Resitejo serviços aos próprios municípios, obtendo daí o seu financiamento. Ou seja, os municípios perdem poderes e competências e ainda pagam por isso. O aumento de tarifas está presente e isso significará que ou os municípios pagam a diferença ou as populações terão de pagar mais – o caminho para a privatização irá ser pago por todos nós em nome de uma certa eficácia. _____

_____A CDU – Coligação Democrática Unitária defende: _____

_____- Um sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos comuns em baixa na mão das autarquias, pois só assim é possível uma intervenção maior na definição das

politicas tarifárias em cada uma delas, e um maior controlo da qualidade dos serviços por parte dos legítimos representantes das populações. _____

_____- Uma associação de municípios com capital exclusivo das autarquias, sem privados e sem outro tipo de entidades associadas. Garantindo tanto a intervenção das autarquias na gestão como a fiscalização dos órgãos autárquicos. _____

_____- O necessário apuramento da verdadeira situação financeira e técnica da Resitejo e a tomada de medidas para a alteração dos estatutos atuais. _____

_____- A criação de condições de trabalho que permitam estabilidade, segurança e direitos aos trabalhadores da RESITEJO. _____

_____A CDU – Coligação Democrática Unitária apela ao envolvimento dos eleitos dos órgãos municipais na discussão dos estatutos e na aprovação de uma solução que, efetivamente, garante uma participação das autarquias, num novo modelo de gestão público que afiance a qualidade dos serviços às populações. Um sistema que permaneça nas mãos dos legítimos representantes dos munícipes, as autarquias. Um sistema que permita a fiscalização constante e a transparência dos processos. _____

_____A experiência diz-nos que a presença de empresas privadas não tem acrescentado nada de bom ao funcionamento desta associação, antes tem criado problemas de clareza no processo de gestão. Concluindo-se que os privados não fazem falta neste tipo de organização, antes são fonte de graves problemas pois a falta de transparência e os interesses privados não coincidem com o interesse geral das populações. _____

_____Neste sentido o voto da CDU – Coligação Democrática Unitária é contra o ponto treze da sessão de vinte e sete de abril de dois mil e dezoito.**»**_____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** pediu que fossem mais resumidos nas declarações de voto. _____

_____**O Deputado Ivo Santos** disse que dispensava comentários e que não iria comentar o afirmado._____

_____**O Deputado Moisés Morgado saiu, pelas vinte e três horas e cinquena e cinco minutos**, sendo justificada a sua ausência da sessão a partir dessa hora._____

_____**PONTO 14 – Ambiente em Alcanena – Ponto da situação** (para conhecimento) _____

_____Sobre o Ponto da situação do Ambiente em Alcanena, a Câmara Municipal de Alcanena enviou os seguintes documentos: _____

_____- Informação/DPGOM/dois mil e dezoito, número dois mil trezentos e noventa e um, de dois de março de dois mil e dezoito – Análise ao Relatório da Primeira Campanha de Avaliação da Qualidade do Ar; _____

_____- Informação/DPGOM/dois mil e dezoito, número três mil quinhentos e noventa e seis, de vinte e oito de março de dois mil e dezoito – Análise ao Relatório da Avaliação da Incomodidade de Odores na envolvente da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais e Aterros de Alcanena, realizado pela Universidade de Aveiro e encomendado pela AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena; _____

_____- Informação/DPGOM/dois mil e dezoito, número três mil novecentos e quarenta e oito, de dez de abril de dois mil e dezoito – Relatório de Fiscalização à ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena; _____

_____- Ata um/dois mil e dezoito, de dezanove de fevereiro de dois mil e dezoito, da reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento, elaborada pelo CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro;_____

_____- Ata da Primeira Reunião do Observatório Ambiental de Alcanena, de trinta de Janeiro de dois mil e dezoito;_____

_____- Observatório Ambiental de Alcanena - Plano de Ação dois mil e dezoito - Compilação das propostas enviadas pelas Entidade Intervenientes;_____

_____- Contrato de Adjudicação referente à aquisição de serviços para "Auditoria ambiental à qualidade do ar, à ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais e aterro de lamas de Alcanena e pré-tratamento das águas residuais de vinte e duas unidades industriais", à firma AGROLEICO – Laboratório de Análises Químicas e Bacteriológicas, Limitada._____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** esclareceu que os documentos enviados retratam os passos mais relevantes tomados desde o último relatório com o ponto e situação.__ _____

_____Informou que decorreu a primeira campanha de monitorização da qualidade do ar, de onze a dezoito de janeiro de dois mil e dezoito. Foi, igualmente, assinado contrato com a empresa que irá fazer mais quatro campanhas de monitorização da qualidade do ar, análise ao aterro, à ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais e às unidades industriais._____

_____Deu-se conhecimento do relatório completo elaborado pela Universidade de Aveiro e que será objeto de apresentação por parte da AUSTRA – Associação de

Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, entidade que encomendou o estudo. _____

_____Decorreu a campanha de sensibilização ambiental, decorrente do previsto no contrato de concessão dos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, SUMA -- Serviços Urbanos e Meio Ambiente Sociedade Anónima. _____

_____Decorreu a segunda reunião do Observatório do Ambiente, onde se aprovou o Plano de Ação para dois mil e dezoito e iniciativas a calendarizar pelo Município. ___

_____**O Deputado Rui Anastácio** constatou que estava a ser feito um esforço sério, por todos, até porque o caso não era para menos. No entanto, sentia que se estava muito longe de se chegar onde se pretende chegar. Aparentemente, a eficiência da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais é boa, mas existe um problema de concentração nela que não vai ser resolvido pelas obras de construção do tratamento terciário e pelos investimentos que se pretendem realizar, numa ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais que não está a cumprir com a licença de descarga, porque se está perante uma ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais industrial, à qual se está aplicar uma licença de ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais doméstica. _____

_____Os maus cheiros são de situação distinta._____

_____Questionou como se iria fazer para que a ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais cumprisse com a licença de descarga, considerando que, sem que nas indústrias se passe a fazer um pré-tratamento mais forte._____

_____Relativamente à questão dos maus cheiros que é gravíssima e que, nos últimos tempos está minimamente controlada, mas que se teme que venha a ter problemas com a construção do tratamento terciário._____

_____Os cheiros vêm fundamentalmente da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais, um pouco do aterro e um pouco da empresa Couro Azul, quando esta faz a dessulfuração dos efluentes. _____

_____Questionou quais as medidas concretas que levem a crer que as coisas vão melhorar, ou seja, qual a visão da Câmara relativamente à necessidade de cumprimento da licença de descarga e do controlo dos maus cheiros. _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** sugeriu que se fizesse uma leitura atenta da documentação enviada. A assinatura do contrato de prestação de serviços em vigor prevê a realização de quatro campanhas de monitorização para avaliação da contaminação do ar, através do gás sulfídrico e amoníaco, bem como uma auditoria à

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais e ao aterro e respetiva apresentação de ações de minimização e controlo das identificações. _____

_____Farão, igualmente, análises a parâmetros da água dos coletores e apresentação de sugestões de melhoria. _____

_____São dados importantes que devem ser analisados por quem sabe, são trabalhos em curso e que resultaram numa tomada concreta de decisões. _____

_____Relativamente à licença de descarga, a AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena recebeu-a primeiro que a Câmara Municipal. Os investimentos que se pretendem fazer na fase do tratamento terciário são para que se cumpra a licença de descarga. No entanto, se os investimentos são ou não insuficientes para esse cumprimento, cabe à entidade responsável pelos investimentos, AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, a garantia da eficiência da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais. Trata-se de uma ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais construída e requalificada com dinheiros públicos, que acolhe águas advindas de três emissários, com águas domésticas e não domésticas.____

_____**O Deputado Ivo Santos** disse que foram levantadas questões que não foram respondidas, nomeadamente se existe algum sistema de descarga direta no meio hídrico e qual o número de ocorrências no ano de dois mil e dezoito. Foi dito que a AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena dispunha desses dados e quem deveria responder sobre eles deveria ser a AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, portanto a Autarquia enquanto entidade concedente, que como já aqui foi dito faz estatutariamente parte do concelho de administração da AUSTRA, não conhece se existe ocorrências de descargas diretas ou registos das mesmas. _____

_____Após um investimento de mais de seis milhões de euros numa rede de coletores que estava totalmente rendilhada, continua-se a verificar a entrada de águas pluviais. Questiona se a rede antiga não foi bem vedada e se, nessas condições, de maior afluência de água à ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais, se ela tem condições, ou não, de funcionar em condições. _____

_____**O Deputado Rui Anastácio** constatou que a Senhora Presidente remete, constantemente, para a AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, quanto aos pedidos de determinados

esclarecimentos, como se a Câmara Municipal não tivesse assento no Conselho de Administração e não fosse conhecedora. _____

_____Disse, também, pretender esclarecimentos quanto ao que tem sido falado de que a Câmara Municipal votou sozinha quanto à criação da Empresa Municipal. Questiona sobre qual o fundamento, o que é que os restantes membros do Conselho de Administração preconizam e se a informação é ou não verdadeira. _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** esclareceu que não houve nenhuma pergunta que tivesse ficado por responder. Foi-lhe solicitado que desse um número para o qual não dispõe de resposta na presente sessão. _____

_____Referiu que iria à próxima reunião de Câmara a proposta sobre os passos seguintes a tomar quanto à criação da Empresa Municipal e que depois seria remetido à Assembleia Municipal. _____

_____**O Deputado Rui Anastácio** disse ter feito uma pergunta, enquanto Membro da Assembleia Municipal, à qual tinha o direito de obter resposta e que era saber o que aconteceu na última reunião do Conselho de Administração da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** respondeu que não estivera presente na última reunião, pelo que passava a palavra ao Vereador Hugo Santarém. _____

_____**O Deputado Rui Anastácio** reformulou a sua questão, perguntando se tinha ou não havido, no âmbito do Conselho de Administração da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, votação sobre a constituição da Empresa Municipal, à qual apenas a Câmara Municipal votou favoravelmente._____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** respondeu que não tinha tido conhecimento do Conselho de Administração ter votado a proposta de revogação do contrato de concessão e consequentemente criação da empresa municipal. Essa votação ocorreu na Assembleia Geral da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** disse que pediu à Presidente do Conselho de Administração que formalizasse o envio do ocorrido no plenário eleitoral, quem votou e qual o peso de cada votante, para a Câmara Municipal analisar os resultados obtidos, e saber-se quais os passos seguintes a tomar, porque a informação que tinha do Conselho de Administração era que essa informação seria presente à

Assembleia Geral. Até à data, essa formalização ainda não foi rececionada no Município. _____

_____Na próxima reunião de Câmara, que iria ocorrer a sete de maio próximo, seria dado conhecimento formal do assunto. Como ainda não foi apresentado formalmente ao Órgão Executivo, não iria antecipar o que iria ser proposto a deliberação. _____

_____**O Deputado Rui Anastácio** perguntou se a Câmara Municipal não se fez representar na Assembleia Geral da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** respondeu que a Câmara Municipal se fez representar na Assembleia Geral da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena e que aguardava o envio formal da comunicação dos resultados da votação, que até à data, não tinha rececionado. Disse ser seu entendimento de que não se deve pronunciar sobre algo que formalmente não tem conhecimento. _____

_____**O Deputado Rui Anastácio** perguntou à Senhora Presidente se ela já tinha percebido de que precisava de prestar contas à Assembleia Municipal._____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** respondeu que, antes de prestar contas à Assembleia Municipal, tem de prestar contas à Câmara Municipal. Não pretende substituir-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que é quem conduz a sessão. Enquanto Presidente da Câmara, pretende respeitar o Órgão do qual é Presidente, sendo que os assuntos que são enviados à Assembleia Municipal têm de passar primeiro pela reunião de Câmara. Nunca faltou ao respeito a nenhum deputado e, portanto, solicita que não insistam que desrespeite o Órgão a quem ainda não prestou contas. ___ _____

_____**O Deputado Rui Anastácio** solicitou continuar a usar da palavra, visto que ainda não tinha concluído a sua intervenção porque fora interrompido pela Senhora Presidente da Câmara, com a anuência do Senhor Presidente da Assembleia._____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu ter um sentido tolerante quanto ao permitir a utilização do uso da palavra sem imposição de determinadas regras. No entanto, pode, a qualquer momento, alterar as regras. _____

_____Disse que também esteve presente na reunião da Assembleia Geral das AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, ainda que a título informal. Foi decidido a presidente da Assembleia Geral

enviar os elementos solicitados. Disse ter ficado com muitas dúvidas quanto ao que foi deliberado, pelo que só após ter na sua posse o documento formal, o poderá analisar e trazer o documento à Assembleia Municipal, para conhecimento de todos. _____

_____**O Deputado Rui Anastácio** afirmou que os factos são factos e existe um paradigma que tem de mudar. A Assembleia Municipal é o Órgão máximo do concelho, ao qual a Câmara Municipal tem de prestar contas. É a Presidente da Câmara que tem de responder às questões. E se não quiser responder, que fique escrito em ata. A Assembleia Municipal tem toda a legitimidade de questionar a Presidente da Câmara, sendo que a Senhora Presidente só responde se quiser. _____

_____**O Deputado José Luís Ramos**, Presidente da Junta de Freguesia de Bugalhos disse que decorreu uma reunião da Comissão de Acompanhamento do Ambiente da Assembleia Municipal, na qual não estiveram os representantes de todas as bancadas. É nesse fórum que se devem tratar as questões mais técnicas._____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal já reuniu duas vezes, e não se agendou nova reunião, por se estar a aguardar a formalização do envio do resultado da votação ocorrida no seio da Assembleia Geral da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena, quanto à EMASA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena. O problema ambiental não deve ser partidarizado porque devem estar todos alinhados na resolução do problema, problema que tem uma envolvência muito complicada. Não se resolve com tentativas menos focadas. __ _____

_____Os resultados conseguidos advêm de um conjunto de ações que serão tanto mais objetivas quanto elas estejam todas alinhadas no mesmo sentido da resolução. ___

_____**O Deputado Rui Anastácio** disse não entender a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia, porque a ”carapuça” não lhe serviu._____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu não se estava a dirigir ao Deputado Rui Anastácio._____

_____**O Deputado Ivo Santos** voltou a questionar se existe definida alguma metodologia de registo quando ocorrem descargas diretas no meio hídrico e se existe, pediu, mais uma vez, que esta lhe fosse enviada. _____

_____Voltou a questionar quanto à rede de coletores, se é eficiente ou não, de acordo com a questão que anteriormente colocou. _____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** respondeu que se enviaria depois. ____

_____**O Senhor Presidente da Assembleia** sugeriu que o Deputado Ivo Santos também se fizesse representar na Comissão de Acompanhamento do Ambiente da Assembleia Municipal de Alcanena._____

_____**O Deputado Ivo Santos** respondeu que a bancada que representa tem um membro eleito para essa Comissão, o que não invalida que, em sede de Assembleia Municipal, não seja efetivada a ação de fiscalização._____

_____**A Senhora Presidente da Câmara** disse que iria questionar os serviços quanto ao devido encaminhamento do ofício de resposta à queixa apresentada pelo Senhor Ivo Santos, ao IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território quanto à caixa do coletor estar a deitar água para a via pública e para o meio hídrico. Disse que iria confirmar se teria recebido o ofício, se houve lapso na morada porque não sabe se tal foi comunicado ao cidadão Ivo Santos ou ao Deputado, e se a morada é a mesma._____

_____**O Deputado Ivo Santos** afirmou que, enquanto cidadão, tem o direito de alertar para o que acontece e, como Deputado Municipal, tem, também, direito de questionar sobre o assunto. A questão que colocou foi na qualidade de Deputado Municipal e tem o direito a obter resposta, enquanto Deputado da Assembleia Municipal. _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal respondeu que lhe seria enviada informação sobre a matéria. _____

_____**Deliberação:-** Tomado conhecimento. _____

_____**PONTO 15 - Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação do Ano de 2017** (para conhecimento) _____

_____Presente, para conhecimento, a Informação número dois mil oitocentos e dez, emitida em catorze de março findo, contendo o Relatório de Avaliação do ano de dois mil e dezassete, do Estatuto do Direito de Oposição. _____

_____**Deliberação:-** Tomado conhecimento. _____

_____**PONTO 16 – LCPA - Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos no período de 08-02-2018 a 05-04-2018** (para conhecimento)_____

_____Presente a informação número três mil oitocentos e cinquenta e um, de cinco de abril corrente, enviada pela Câmara Municipal de Alcanena, remetendo, para conhecimento, a listagem acima referida, em cumprimento da proposta aprovada por esta Assembleia Municipal na sessão de vinte e quatro de novembro de dois mil e

dezassete, aquando da emissão da autorização prévia genérica de compromissos plurianuais no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. _____

_____**Deliberação:-** Tomado conhecimento. _____

_____**PONTO 17 - Relatório Anual 2017 Luságua** (para conhecimento) _____

_____Presente, para conhecimento, o Relatório Anual de dois mil e dezassete, da Luságua Alcanena, Gestão de Águas, Sociedade Anónima, sobre o Sistema de Abastecimento de Água do Concelho de Alcanena. _____

_____**Deliberação:-** Tomado conhecimento. _____

_____**PONTO 18 – Relatório e Contas 2017 AUSTRA** (para conhecimento)___

_____Presente, para conhecimento, o Relatório de Gestão e Contas de dois mil e dezassete, da AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena. _____

_____**Deliberação:-** Tomado conhecimento. _____

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

_____ **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelas zero horas e trinta e sete minutos, do dia vinte e quatro, declarou encerrada a Ordem de Trabalhos**, tendo a Mesa da Assembleia, seguidamente, fixado o Período de Intervenção Aberto ao Público, sem estabelecer limite de tempo, o qual duraria até serem atendidas todas as pessoas presentes na sala, ou que entretanto chegassem, ou quisessem solicitar esclarecimentos. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o senhor Joaquim Neves**, dizendo circular em Alcanena que o Atlético Clube Alcanenense foi notificado de que se encerrariam as instalações do Estádio para obras. Questionou se o Atlético Clube Alcanenense foi notificado sobre quando se iniciam as obras, e qual a sua duração. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** esclareceu que já tinha prestado esclarecimentos sobre o assunto no início da sessão. Esclareceu que, se o campo necessita de obras, não pode estar em utilização. Não faz sentido o Clube iniciar a época desportiva para depois ter de procurar outro espaço para treinar e jogar. O que é importante é que o Clube saiba que a próxima época está comprometida. O projeto está finalizado e em avaliação. Após essa avaliação, lançar-se-á concurso. Não pode dar uma data indicativa de início da obra. Deu como o exemplo o concurso lançado para a empreitada do Centro Escolar de Alcanena, lançado em dois mil e dezassete e cuja obra, em dois mil e dezoito, ainda não se iniciou, tal como está a ocorrer com a empreitada de Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena. _____

_____ As intervenções terão de passar pelo lançamento de um concurso público e portanto, não pode indicar data de início porque o concurso tem de seguir os devidos trâmites legais._____

_____ Existem outros equipamentos municipais no Concelho que têm capacidade de acolher os jogos do Atlético Clube Alcanenense, como por exemplo, a Escola de Futebol do Concelho de Alcanena, que tem um equipamento desportivo em condições e com dignidade para Atlético Clube Alcanenense lá jogar, validado pela Associação de Futebol de Santarém._____

_____ O Estádio não está em condições de ser utilizado e a realização das obras não é compatível com a prática desportiva. Quando a obra estiver concluída, o Atlético Clube Alcanenense regressará ao Estádio. _____

_____ **O Senhor Joaquim Neves** disse que a sua preocupação era saber se a Câmara Municipal já tinha chegado a algum entendimento com a Direção do Clube sobre o projeto e se lhes foi dada garantia sobre onde poderão jogar._____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** disse que cabia ao Atlético Clube Alcanenense escolher o espaço onde iria jogar. _____

_____ **O Senhor Joaquim Neves** questionou se a Câmara serviu de intermediário na procura de outro campo onde o Atlético Clube Alcanenense pudesse jogar. _____

_____ **A Senhora Presidente da Câmara** respondeu que o Atlético Clube Alcanenense não precisou da Câmara Municipal para estabelecer protocolo com a Escola de Futebol do Concelho de Alcanena. Será uma questão de reforçar o âmbito do protocolo, estendendo-o a outras áreas. _____

_____ **Pela uma hora e trinta minutos, do dia vinte e quatro, foi encerrada a sessão, tendo a ata sido lida e aprovada, em minuta, por unanimidade.** _____